

Planejamento Baseado em Capacidades e suas perspectivas para o Exército Brasileiro

Capability Based Planning and perspectives for the Brazilian Army

Charles Domingues da Silva*

RESUMO: O Planejamento Baseado em Capacidades é uma ferramenta estratégica de planejamento, que intensificou sua presença no pensamento militar mundial a partir do início do século XXI. O PBC é um conjunto de procedimentos voltados ao preparo das Forças Armadas, mediante a aquisição de capacidades adequadas aos interesses e necessidades de defesa do Estado, em cenário temporal definido. Alguns quesitos importantes devem ser observados, como as evoluções tecnológicas no intervalo considerado, a concepção de emprego conjunto das Forças Singulares e os limites orçamentários disponíveis, por intermédio de uma metodologia, análise de risco e indicadores. Este artigo apresenta as origens do Planejamento Baseado em Capacidades, sua implantação no Ministério da Defesa e suas implicações e perspectivas para o Exército Brasileiro.

Palavras-chave: Estratégia Nacional de Defesa; Planejamento Estratégico; Planejamento Baseado em Capacidades; Exército Brasileiro.

ABSTRACT: Capability Based Planning is a strategic planning tool that has intensified its presence in world military thinking since the early 21st century. The PBC is a set of procedures aimed at preparing the Armed Forces, by acquiring capabilities appropriate to the interests and needs of the defense of the State in a defined time scenario, observing the technological developments in the considered interval, the conception of joint use of the Singular Forces. and the budget limits available through methodology, risk analysis and indicators. This paper presents the origins of Capacity Based Planning, its implementation in the Ministry of Defense and its implications and perspectives for the Brazilian Army.

Keywords: National Defense Strategy; Strategic Planning; Capacity Based Planning; Methodology; Brazilian Army.

*Charles Domingues da Silva é Coronel de Infantaria do Quadro de Estado-Maior da Ativa do Exército Brasileiro. Possui graduação na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), Mestrado na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e Pós-Graduação em História Militar na UNIRIO. Possui o Curso de Comando e Estado Maior (ECEME) e o Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (ESG). Atualmente é o Chefe da Seção de Planejamento Baseado em Capacidades/Exército do Futuro da 3ª Subchefia do Estado-Maior do Exército.

1. Introdução

A partir do estudo do Planejamento Baseado em Capacidades (PBC) e da observação de suas possibilidades como ferramenta de planejamento estratégico, em uso nos exércitos dos Estados Unidos da América (EUA) e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a impressão inicial é a do surgimento de um novo paradigma, que oferece pressupostos para a elaboração do pensamento militar e da arte da guerra.

O PBC foi concebido na década de 1960, em um contexto de Guerra Fria entre os EUA e a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Neste recorte histórico, o planejamento de capacidades estava fundamentado na contraposição das ameaças oferecidas pelas duas superpotências que, em uma corrida desenfreada em todos os campos do poder, almejavam materializar a supremacia de suas respectivas ideologias. Os recursos obtidos do Estado eram direcionados para Defesa e Segurança, pois o inimigo era claramente definido e a disputa ideológica reinante era a motivação dos dois contendores.

A partir da ruptura do sistema monolítico liderado pela URSS, no final da segunda metade do século XX, as ameaças ficaram difusas, indefinidas e fragmentadas. Destarte, a sensação mundial de uma “*Pax Americana*” não impediu o surgimento de uma nova modalidade de conflito, onde a assimetria entre oponentes teve seu apogeu a partir de 11 de setembro de 2001, quando uma organização ideológica, comparativamente com recursos inferiores ao colosso norteamericano, infligiu duro golpe ao “*heartland*” estadunidense.

Desde o final da Guerra Fria, o pensamento militar se direcionava para um paradigma de racionalização de recursos, incremento de tecnologia em substituição aos grandes efetivos militares da era industrial, e o planejamento, outrora baseado em uma ameaça definida e mensurável, previa uma estrutura de planejamento para cenários e desafios voláteis. Com o advento de um planejamento estratégico por capacidades, com viés integrador e uso de prospecções temporais e tecnológicas como fator de

desequilíbrio no emprego do poder militar, configurou-se, ao longo da última década do século XXI, um novo paradigma do planejamento estratégico.

No Brasil, a motivação inicial, acerca do tema, é abordada na Estratégia Nacional de Defesa (BRASIL, 2012) que, em suas diretrizes estratégicas, preconizou o desenvolvimento de capacidades no monitoramento e controle dos domínios terrestre, aéreo e naval.

Além da introdução, o presente artigo contém seis seções. Na Seção 2, apresenta-se o panorama mundial, suporte para o PBC, as divergências em torno do planejamento baseado em ameaças e capacidades, um panorama dos países que adotam essa ferramenta de planejamento e os modelos de PBC condicionados pela conjuntura do entorno estratégico dessas nações. Na Seção 3, discutem-se os diversos tipos de planejamentos estratégicos, bem como a definição de capacidade e seus elementos essenciais. As Seções 4 e 5 abordam a metodologia do PBC em implantação no Ministério da Defesa e suas implicações para o Exército Brasileiro, sendo as conclusões apresentadas na Seção 6.

2. Panorama mundial e Planejamento Baseado em Capacidades

A transformação do panorama, mundial neste quartil do século XXI, está marcado pela incerteza. Observam-se diversos conflitos nos moldes do final do século XX, que se caracterizaram pelo enfrentamento entre grupos não convencionais e exércitos constituídos. Ao mesmo tempo, o panorama vem se alterando, o que enseja a possibilidade de conflitos entre Estados. Embora pouco provável, a possibilidade de um novo conflito mundial vez por outra é rediviva pelo instável ambiente informacional, que catalisa também o emprego de Forças Armadas e/ou Órgãos de Segurança Pública na resolução de questões de segurança interna.

Neste mesmo viés, os recursos orçamentários destinados a Defesa continuam sofrendo controle e contingenciamento do nível político, que demanda transparência e justificativas técnicas fundamentadas em

metodologias confiáveis, condicionando a expressão militar a buscar paradigmas que reduzam custos, mas que garantam a manutenção da função precípua das Forças Armadas, sem perda de eficiência e prontidão operacional.

Dessa forma, os planejamentos militares aumentam significativamente sua aproximação com a Ciência e Tecnologia, com a finalidade de reduzir efetivos humanos em operações militares, mas ainda desequilibrando os conflitos por meio de crescente supremacia tecnológica.

O uso de cenários prospectivos, com horizontes temporais na sua maioria não ultrapassando um intervalo de 12 a 15 anos, busca resolver o desafio do “paradoxo decisório”: a velocidade cada vez maior da informação e dos eventos exige decisões em curto espaço de tempo e, simultaneamente, a antevisão de como se desenvolverão os conflitos futuros, de tal forma que os desafios atuais e posteriores possam ser enfrentados com elaborado planejamento de construção, manutenção e prospecção de capacidades.

O Planejamento Baseado em Capacidades integrou-se neste momento histórico, ao agregar em seu bojo elementos que compõem o panorama volátil desta década. Percebem-se discussões em torno do seu cerne conceitual do planejamento, onde o enfoque por capacidades mostra-se desvinculado da abordagem por ameaças e, muitas vezes, sendo considerados paradigmas diversos. A seguir, apresenta-se uma nova perspectiva para esse raciocínio.

Quando a ameaça é conhecida no espaço temporal abrangido pela análise, as métricas, planejamentos e capacidades são orientados para o oponente. Por outro lado, quando há indefinição ou multiplicidade de desafios, aumenta a conveniência de uma abordagem por capacidades. Entretanto, esta diferença focal (ameaça ou desafio) não possui musculatura para produzir dois sistemas de planejamento distintos. Ambos (capacidades e ameaças) podem e devem ser colocados sob o mesmo escopo do planejamento baseado em capacidades, uma vez que o Plano de Obtenção de Capacidades é definido pelo mesmo processo metodológico.

O PBC tem, como uma de suas características, conferir singularidade para os tipos de planejamento estratégico por capacidades adotado por cada país. Não obstante, as metodologias aplicadas possuem nuances diversas, que permitem uma classificação condicionada ao contexto geoestratégico em que a nação está inserida: os Planejamentos de Capacidades **Hegemônicos**, de **Coalizão**, por **Demanda** e **Soberano**.

O PBC **Hegemônico** é adotado por países que, na posição de potência global, aplicam este planejamento em sua plenitude, aperfeiçoando seus catálogos, liderando a totalidade ou a maioria dos avanços tecnológicos na obtenção de capacidades e distribuindo materiais de emprego militar que já ultrapassaram seu apogeu no ciclo de vida a outros países, colocando-os em “prateleiras” para o mercado mundial.

Existem países que estão enquadrados e um contexto de **Coalizão**, onde a defesa mútua permite a opção de desenvolvimento de capacidades que se complementam, podendo o país optar simplesmente pela obtenção de capacidades desenvolvidas por aliados, ou desenvolver nichos de interesse para a Coalizão.

O paradigma de desenvolvimento de Capacidades por **demanda** é caracterizado pela obtenção de capacidades para um espaço temporal aproximado de curto prazo, orientando suas capacidades de acordo com as demandas de Defesa e Segurança internas, sem priorizar o desenvolvimento de capacidades de longo prazo.

O PBC **Soberano** é seguido por países que atendem às demandas da aliança da qual fazem parte, mas não abrem mão do desenvolvimento de suas próprias capacidades, de acordo com os interesses geopolíticos nacionais. Procuram atingir um relativo grau de controle, inclusive liderando alguns avanços tecnológicos e disponibilizando, no mercado mundial, capacidades já ultrapassadas.

Para que os modelos de planejamento por capacidades, acima descritos, possam ser definidos, a vontade nacional, materializada pela Expressão Política, deve estabelecer diretrizes, modelando como a Defesa deve

priorizar o desenvolvimento das capacidades, que terão como premissa uma Estratégia Nacional de Defesa construída por todas as representações do Poder Nacional.

Além disso, o Pensamento Militar Conjunto deve conjugar as Forças Armadas em torno do acrônimo DOAMEPII (Doutrina, Organização, Adestramento, Material, Ensino, Pessoal Infraestrutura e Interoperabilidade), eliminando redundâncias operacionais e a sobreposição de projetos estratégicos, no âmbito da Defesa.

Porém, o grande desafio observado é a equalização de recursos, após o levantamento das capacidades necessárias. Esta tarefa exige judiciosa seleção de capacidades e impõe o uso de técnicas de análise de riscos, envolvimento da base industrial de defesa e a aquisição de capacidades em consonância com os recursos destinados a esse fim, pois o que se planeja deve ser suportado pela capacidade tecnológica de inovação, pela base industrial de defesa e por recursos orçamentários, disponibilizados pelo Estado para sua Defesa e Segurança.

3. O porquê do PBC

Do exposto, observa-se que o planejamento por capacidades tem sido utilizado como metodologia de planejamento estratégico desde meados do século XX, em particular pelos EUA e os países da OTAN. Entretanto, **o PBC não deve ser considerado uma panaceia que resolverá todos os gargalos estratégicos e organizacionais, mas possui marcante potencial integrador, que o distingue da maioria dos paradigmas em voga no nosso entorno estratégico.** No tocante ao Exército Brasileiro, o PBC poderá complementar o atual Sistema de Planejamento Estratégico do Exército, consagrado por sua solidez e eficácia, ao agregar novos parâmetros de avaliação, observação e estudo por parte dos diversos escalões decisórios e de assessoramento.

Os tópicos a seguir elencam alguns paradigmas de planejamento estratégico, utilizados por outras Instituições, destacando-se os nichos onde o PBC possui aderência.

As **hipóteses de emprego** são definidas considerando-se as ameaças ao País. Partindo-se dessas hipóteses, visualizadas

como possíveis conflitos armados em determinado ambiente e período, são elaborados planos estratégicos e operacionais. Sem embargo, essa ferramenta apresenta inimigos específicos e não realiza integração de cenários, condicionando a visão de planejamento a parâmetros decisórios de curto prazo, dificultando a visualização de desafios futuros.

O planejamento em **cenários prospectivos** determina limites de estudo, horizontes temporais e áreas geográficas. A partir da criação do cenário, são realizados os planejamentos para levar a Instituição do seu estágio atual para um estágio futuro. O planejamento em cenários depende, em grande parte, de probabilidades. Como ferramenta isolada, sofre significativa influência da cultura organizacional da instituição que a adota, tendo como consequência, em alguns casos, a perda da materialidade dos desafios e/ou ameaças inseridas em seu contexto.

A visão baseada em **recursos** consegue estabelecer parâmetros de vantagem dos meios a serem empregados, oferecendo vantagens competitivas a determinada instituição. Embora a escolha estratégica, invariavelmente, passe pelo escrutínio orçamentário, utilizar-se deste modelo como parâmetro exclusivo gera complexidade na priorização dos recursos disponíveis. Cabe acrescentar que, no estudo da Arte da Guerra, os recursos apresentam-se como um dos fatores de avaliação, mas são condicionados a outras premissas, podendo não ser preponderantes em um processo decisório.

A partir destas considerações, o PBC pode atuar em complementaridade a esses paradigmas. Em seu bojo, a metodologia possui abordagem ampla de cenários; considera a projeção temporal; adapta-se a prospecções de curto, médio e longo prazo; interliga cenários, desenvolvimento tecnológico e possibilidades de emprego da expressão militar do poder nacional ao fluxo logístico e de recursos, tudo em um único processo de planejamento, facilitando a visualização de respostas a problemas militares em perspectiva ampla, integradora e argumentativa, que facilita a interlocução

entre a Defesa e as diversas expressões do Poder Nacional.

A fim de que o PBC se desenvolva em sua plenitude, algumas premissas devem orientar sua utilização, sob pena de modificar sua essência, convertendo o planejamento por capacidades em mera repetição de paradigmas em uso corrente e levando à sensação de retorno a modelos tradicionais. Para evitar estas discrepâncias, a participação do Estado é necessária, particularmente na materialização do “Como” deseja empregar suas Forças Armadas, convertendo-se em força motriz do planejamento por capacidades. A partir dos parâmetros estabelecidos pelo Estado, os horizontes temporais, cenários, desafios e perspectivas orçamentárias e tecnológicas são elaborados, materializando o modelo de PBC empregado.

Um importante passo, a ser definido no desenvolvimento do processo, é como será realizada a obtenção das capacidades das Forças Singulares, fruto da análise conjunta das possibilidades de atuação do Poder Militar. A partir do estudo das capacidades existentes, planejadas e a serem obtidas, são verificadas quais devem ser mantidas ou revitalizadas, quais podem ser adquiridas no mercado de defesa externo, ou quais que a nação pode desenvolver. Tal decisão é fundamentada em uma concepção de emprego conjunto das Forças Armadas, em limites orçamentários, tecnológicos e na aprovação dos órgãos decisórios.

Estes procedimentos garantem sinergia de emprego, eliminação de sobreposições e redundâncias de projetos e maior aproximação dos eixos operacional e tecnológico das Forças Singulares, estimulando o surgimento de soluções inovadoras com forte valor agregado prospectivo, tecnológico, orçamentário e operativo.

4. A Metodologia do PBC

A metodologia do PBC, adotada pelo Ministério da Defesa, é uma construção autóctone, e está fundamentada em uma análise funcional das necessidades das Forças Singulares, integrando-as e identificando suas

inter-relações. O gerenciamento de riscos, o estabelecimento de objetivos específicos e de prioridades de preparação e prontidão (partes integrantes da metodologia) orientam as opções de investimento e avaliam os resultados da preparação de capacidades.

A seguir, com base na figura 1, que representa um extrato da representação gráfica da metodologia do Planejamento Baseado em Capacidades, será apresentado um resumo da metodologia, desde seu início, no nível político, até a construção do Plano de Obtenção de Capacidades (POC), produto final do PBC.

O **nível político** é o responsável pela materialização das orientações governamentais, estabelecendo diretrizes matriciais, disponibilizando recursos e aprovando as opções de desenvolvimento do Ministério da Defesa, obtidas do processamento final da Metodologia do PBC.

A partir das diretrizes do nível político, o Ministério da Defesa, com a participação das Forças Singulares, é responsável pela construção dos **insumos**. O insumo contém as **Possibilidades de Atuação** (PA) do poder militar, em um espaço temporal de médio a longo prazo, a **concepção de emprego conjunto** das Forças Singulares para cada Possibilidade de Atuação considerada, e as **Prioridades de Defesa**, definidas pelo nível político.

Os insumos são ingredientes importantes para a análise das Possibilidades de Atuação, que é realizada de maneira conjunta. Cada Força Singular apresenta quais capacidades são necessárias para a resolução da PA considerada, sendo que o produto da Análise contém as capacidades conjuntas que atendem à totalidade, ou à maioria, das Possibilidades de Atuação elencadas.

As **Metas de Capacidades** são resultantes da análise das PA e apresentam as capacidades conjuntas, que são apreciadas pelo Conselho Superior de Governança, constituídas pelos agentes decisórios da Defesa e de cada Força Singular, que as analisam e aprovam.

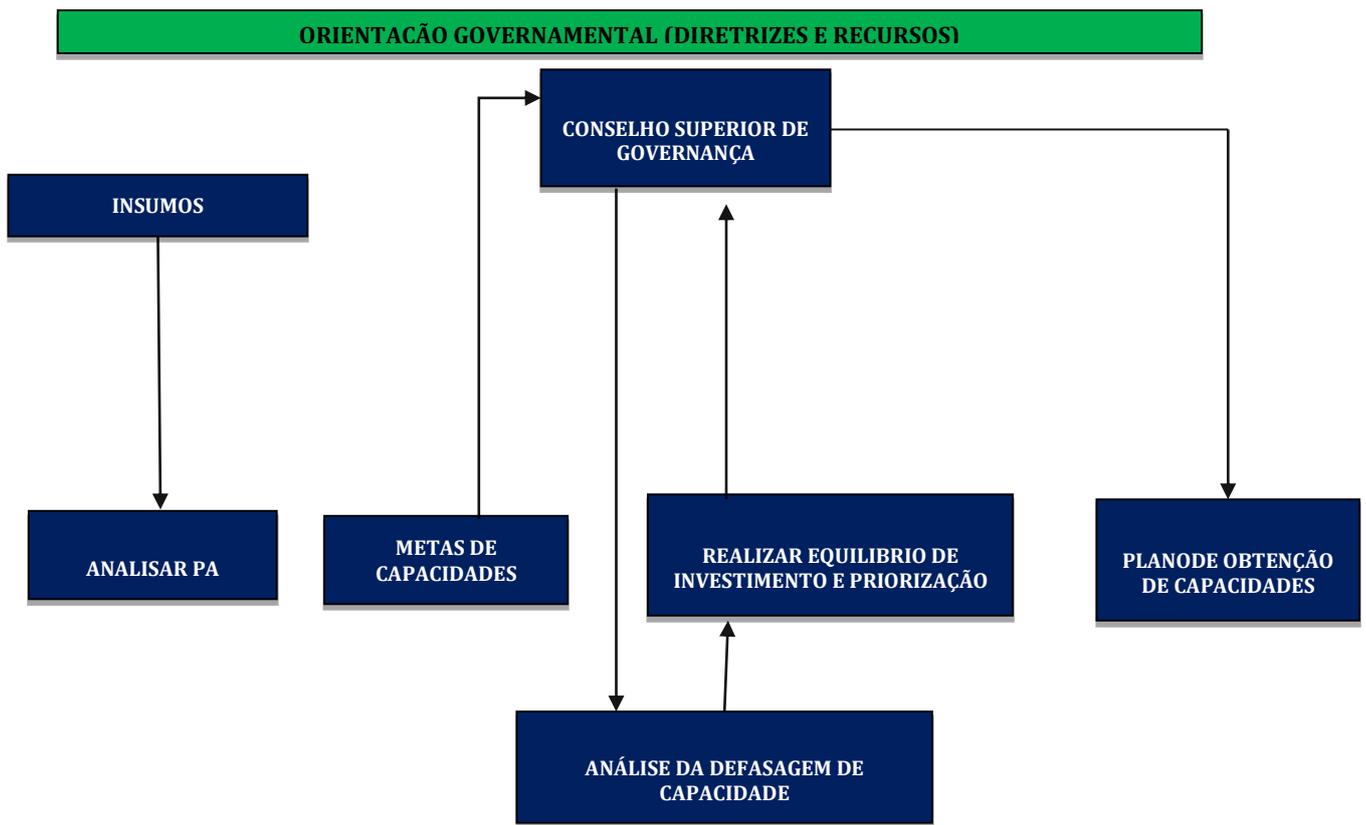


Figura 1- Extrato da metodologia do PBC (Do autor)

Cada Força realiza a **Análise da Defasagem de Capacidade** sob sua responsabilidade e, a partir do diagnóstico de suas capacidades existentes, em planejamento ou a serem obtidas, decide quais capacidades deve manter, comprar no mercado externo ou desenvolver. Isso feito, encaminha ao Ministério da Defesa os custos para suprir as defasagens de capacidade elencadas, produzidas a partir do acrônimo DOAMEPI (Doutrina, Organização, Adestramento, Material, Educação, Pessoal e Infraestrutura).

Os custos levantados a partir da análise da defasagem de capacidades são validados e priorizados no Ministério da Defesa, que realiza o **equilíbrio de investimentos**, orientado pelas Prioridades de Defesa e recursos disponibilizados pelo nível político. Os custos são materializados em projetos de defesa, que são novamente encaminhados ao Conselho Superior de Governança, que após aprovação ministerial são encaminhados ao nível político com os

argumentos construídos durante todo o processo do PBC, que após aprovação do nível político é denominado **Plano de Obtenção de Capacidades (POC)**.

5. O Exército Brasileiro e o PBC

Comparativamente com as demais Forças Singulares, o Exército Brasileiro possui maior quantidade de capacidades, em função da variada gama demandada pelo caráter de amplo espectro das operações, na dimensão terrestre. Os conflitos exigem, desse componente, não só a preparação de seus meios para ações cinéticas, mas também recursos humanos e materiais qualificados para ações não cinéticas, tais como a reconstrução de infraestruturas críticas e o gerenciamento da dimensão humana do conflito, onde as operações psicológicas e informacionais elevaram o combate a outro nível de complexidade, fenômeno oportunamente abordado na atual Doutrina Militar Terrestre.

Outro ponto a ser considerado, no desenvolvimento das capacidades da Força Terrestre, são as ações de não guerra e o apoio à órgãos governamentais. Em grande parte dos países, estas ações são atribuídas a componentes terrestres específicos, como Guardas Nacionais e suas variações, o que não ocorre no Brasil. Dessa forma, o leque de demandas é ampliado, com reflexos significativos no catálogo de capacidades militares do Exército Brasileiro.

Além de questões doutrinárias, fatores geográficos, como as extensões continentais do Brasil, não permitem o abandono de uma estratégia que garante, até hoje, a coesão nacional: a Estratégia da Presença. Paradigma herdado desde o período colonial, a presença garante ao Exército Brasileiro a capilaridade que permite o cumprimento de suas missões constitucionais. Aparentemente antagônicos, a Estratégia da Presença e o Planejamento Baseado em Capacidades, ao contrário, são complementares. Planejar por capacidades permitirá um novo paradigma de Presença, onde a qualidade dos recursos à disposição da Expressão Militar do Poder Nacional poderá colher os frutos dos avanços tecnológicos, aliados a fatores geográficos, humanos e prospectivos, em substituição a um modelo efetivo mas que, em decorrência de alterações geopolíticas e avanços tecnológicos, demanda uma Estratégia da Presença mais seletiva e eficaz.

Cabe acrescentar que o Exército Brasileiro dispõe de todas as peças para a aderência ao PBC. Um Sistema de Planejamento Estratégico (SIPLEX) consagrado há mais de 30 anos, que garante maturidade estratégica aos quadros dedicados ao planejamento, no mais alto nível, e possui flexibilidade suficiente para incorporar novas ferramentas, evoluindo sem perder suas características fundamentais. Soma-se a isso, a preexistência de um catálogo de capacidades, alinhado com o portfólio de projetos estratégicos do Exército, e o ciclo de vida dos materiais de emprego militar mapeado e em execução, fatores que permitem a integração dos órgãos integrantes da Estrutura Organizacional do Exército ao planejamento por capacidades, permitindo aos

decisores em todos os níveis a visualização do processo de planejamento, desde sua concepção conceitual até o emprego real de suas capacidades.

Evidentemente, os desafios fazem parte de qualquer mudança. A criação de uma infraestrutura voltada para o planejamento baseado em capacidades demanda o envolvimento de diversos especialistas, engenheiros e gestores de projetos, a fim de acompanhar os processos de geração de capacidades. A elaboração de um programa de gerenciamento, já em fase de concepção, a fim de processar dados e insumos, permitirá rápida visualização das fases de produção de capacidades.

Além disso, o PBC utiliza, em diversas fases do seu processo, sistemas de validação e simulação, que conferem transparência e argumentação técnica para a distribuição de recursos, e precisa de investimentos para capacitação de recursos humanos, além de aquisição de programas e equipamentos, que o Exército também já possui em seus programas gerenciais, bastando apenas a adaptação de processos.

Do exposto, pode-se inferir que a integração do PBC ao SIPLEX é facilitada pela existência de diversos pontos de contato, necessitando apenas de equipes envolvidas integralmente na adaptação dos dois modelos de planejamento, e no estabelecimento de interfaces com os planejamentos estratégicos de outras Forças Singulares, uma vez que uma das premissas do planejamento por capacidades é o Emprego Conjunto.

6. Considerações finais

O Planejamento Baseado em Capacidades é um paradigma estratégico integrador. Sua implantação, como ferramenta de planejamento estratégico conjunto, apresenta-se como uma nova realidade para as Forças Armadas.

Entretanto, é digna de nota a afirmação de que a implantação do planejamento por capacidades demanda tempo. A maturação de um ciclo completo de capacidades exige um espaço temporal mínimo de cinco anos e o tempo necessário para a produção de uma nova capacidade,

desde sua concepção até o emprego real em um conflito pode abranger um espaço temporal de trinta anos. Tal horizonte demanda gerações inteiras de profissionais, exigindo comprometimento, envolvimento e investimento considerável em recursos humanos e materiais. Porém, ao observar os produtos conquistados pelos países que adotaram este paradigma, os fins, com certeza, são justificáveis para a alocação dos meios necessários à construção dos processos, que serão sobejamente recompensados.

Convém ressaltar que o planejamento por capacidades não realizará mudanças revolucionárias, durante sua implantação. As ferramentas existentes no Exército Brasileiro são complementares ao novo paradigma. Os projetos em curso continuarão, passando a adquirir maior valor agregado, com os critérios de validação e transparência inseridos pelo PBC, e com a segurança de estarem ancorados à expressa vontade do Estado Brasileiro.

Em síntese, o PBC estabelece uma metodologia solidificada pelo gerenciamento dos riscos, em todas as fases do processo

metodológico, e pela utilização de métricas e ferramentas de Tecnologia da Informação, alinhadas a cenários prospectivos e tecnológicos, que permitem uma concepção de emprego militar conjunto, que elimina redundâncias de projetos e imprimem maior sinergia, ao permitir o desenvolvimento das melhores características de cada Força Singular.

Enfim, como verdadeiro “farol” para a exitosa implantação do Planejamento Baseado em Capacidades brasileiro e soberano, a participação do Estado Brasileiro nos assuntos de Defesa, a manutenção do exitoso e contínuo processo de maturação do Emprego Conjunto das Forças Armadas e a solidificação dos laços da tríplice hélice Academia – Indústria – Governo, tudo alimentado por um fluxo contínuo e regular de recursos orçamentários, serão pedras fundamentais para o prosseguimento do processo de transformação do Exército Brasileiro.

Referências

EXÉRCITO BRASILEIRO. O Processo de Transformação do Exército, 3ª Ed., 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA, **Política Nacional de Defesa & Estratégia Nacional de Defesa**, 2012.

Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988.

Lei Complementar nº 97, de 9 JUN 1999, alterada pela Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004 e Lei Complementar 136, de 25 AGO 2010 (dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas).

Decreto Reservado nº 8, de 17 JAN 1980 (**aprova a Dtz para o estabelecimento da Estrutura Militar de Guerra** - alterada pela Port Reservada nº 005/VICEMFA, de 16 JAN 1996).

Decreto nº 179, de 17 de DEZ de 2018 (**aprova a Política Nacional de Defesa – PND**, Foi utilizada a PND de 2020 que está na situação de aprovação pelo Presidente da República).

Decreto nº 7.845, de 14 NOV 2012 (**Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento**).

Decreto 7.276, AGO 2010 (**Aprova a Estrutura Militar de Defesa**).

Portaria Normativa nº 513, de 23 MAR 2008 (**Aprova o Manual de Abreviaturas, Siglas, Símbolos e Convenções Cartográficas das Forças Armadas – MD33-M-02**).

Portaria Normativa Nº 3.810, de 8 DEZ 2011 (**Dispõe sobre a Doutrina de Operações Conjuntas – MD30-M-01**);

Portaria Normativa nº 578/SPEAI, de 27 DEZ 2006 (**aprova e manda por em execução a Estratégia Militar de Defesa – EMiD – MD51-M-03**).

Instrução Normativa Nº 01/EMCFA, de 25 JUL 2011 (**Aprova a “Instruções para a Confecção de Publicações Padronizadas do EMCFA (MD20-I-01)**).

Portaria nº 400/SPEAI/MD, de 21 SET 2005 (**aprova a Política Militar de Defesa – PMD – MD51-P-02**)

Portaria Normativa nº 113/DPE/SPEAI/MD, de 1º FEV 2008 (**aprova a Doutrina Militar de Defesa – DMD – MD51-M-04**).